

## A produção da vítima empreendedora de seu resgate social: juventudes, controles e envolvimento

The production of victims as entrepreneurs of their social redemption: young people, control and involvement

Fátima Cecchetto <sup>1</sup>

Jacqueline de Oliveira Muniz <sup>2</sup>

Rodrigo de Araújo Monteiro <sup>3</sup>

**Abstract** *Drawing on the results of an ethnographic study and group interviews with young people and social project coordinators from favelas in Rio de Janeiro, this article discusses the association between youth and vulnerabilities and its possible consequences for the reinforcement of negative stereotypes of poor young people through discourses that emphasize self-management. It explores the notion of production of victims as entrepreneurs of their social redemption by promoting reflection on the use of the category involved in crime, disseminated in the common sense as a new form of criminal labeling. The article addresses material and symbolic investments in poor young people, beneficiaries of so-called social projects, reflecting on the maneuvers of meanings that veil the temporality of these initiatives, characterized by moralistic overtones of merit and salvation. The fear of dying or “remaining”, of not finding a job, and a series of other fears are the focus of this reflection, which seeks to broaden the debate over institutional initiatives directed at young people.*

**Key words** *Young people, Social projects, Involvement, Social control, Vulnerability*

**Resumo** *Partindo de trabalho de campo etnográfico e entrevistas grupais com jovens e gestores de projetos sociais de localidades pobres do Rio de Janeiro, o artigo problematiza a associação entre juventude e vulnerabilidades e as suas possíveis implicações no reforço de estereótipos negativos sobre os jovens pobres, por meio de discursos que privilegiam a autogestão. Explora a ideia de produção da vítima empreendedora do seu resgate social tendo como pano de fundo uma reflexão sobre os usos da categoria envolvido-com-o-crime, disseminada no senso comum como uma nova forma de rotulação criminal. A análise recobre os investimentos materiais e simbólicos feitos em torno da juventude pobre, destinatários dos chamados projetos sociais, refletindo sobre as manobras de sentidos que encobrem a provisoriabilidade dessas iniciativas, marcadas por uma lógica do mérito e salvacionista. O medo de morrer, o medo de sobrar, de não encontrar emprego e uma série de outros medos constituem o foco da reflexão com o intuito de ampliar o debate sobre as iniciativas institucionais dirigidas aos segmentos juvenis.*

**Palavras-chave** *Juventudes, Projetos sociais, Envolvimento, Controle social, Vulnerabilidade*

<sup>1</sup> Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde, Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Av. Brasil 4365, Manguinhos. 21045-900 Rio de Janeiro RJ Brasil.  
face.fiocruz@gmail.com

<sup>2</sup> Departamento de Segurança Pública, Universidade Federal Fluminense. Niterói RJ Brasil.

<sup>3</sup> Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes RJ Brasil.

## Introdução

A pesquisa que originou este artigo aconteceu em dois momentos ao longo de 2016 e 2017. Na primeira fase foi realizada uma etnografia em duas favelas cariocas, no Complexo do Alemão e no Morro do Falet. Na segunda, entrevistas individuais e coletivas com jovens, gestores de projetos sociais, policiais militares e guardas municipais que atuaram em favelas de Campos, do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana.

A coleta e a sistematização de dados buscaram identificar a construção social *envolvido-com* o crime em seus graus e manobras e, com esta chave produtora de sentidos, revelar a narrativa da (e sobre a) juventude pobre diante dos expedientes de controle por ela experimentados. Assim, o texto dedica-se a compreender um determinado efeito de tutela, a *produção da vítima empreendedora do seu regaste social*, explorando a dialógica entre jovens e gestores.

A categoria *envolvido-com* corresponde a um novo modo de produzir suspeição, generalizada e recíproca, que busca capturar os sujeitos e suas relações por meio de um discurso repercussivo e comprovatório. Suas evidências resultariam de uma causação intencionalmente arbitrária estabelecida entre o resgate seletivo do passado, o registro enviesado do presente e a prospecção profética do futuro dos indivíduos sob os cercos dos mecanismos de controle. Eis uma rentabilidade: todos podem acontecer enredados nas tramas de controle de cima, de baixo e ao redor, já que a política dos sentidos do envolvimento leva às últimas consequências sua virtualidade, apontando que se é, foi ou será (mais cedo ou mais tarde) envolvido.

O cálculo e a contabilidade dos envolvimentos revelam-se como um radar das manobras realizadas pelos sujeitos subalternizados para tentar atravessar as cercas itinerantes dos dispositivos de controle legal e ilegal, formal e informal, que se fazem presentes nos seus trajetos na favela e entre esta e o asfalto. Inscrevem-se como portas de saída das armadilhas da acusação de estar, ficar ou ser *envolvido-com* o rival da vez dos “meninos do movimento”, dos “homens da polícia” e da milícia. Situam-se como um sensor simbólico que modula as trajetórias dos indivíduos oriundos das periferias sociais, orientando suas estratégias de sobrevivência no sobe-desce da desigualdade vivido nos elevadores da mobilidade social.

Um efeito no imaginário social da engenharia do envolvimento é a demanda por mecanismos de controle e regulação rígidos em seu desenho

e aplicação, sejam eles comunitários ou administrados pelo Estado. Isso revela um olhar punitivista sobre os indivíduos, suas redes e trajetórias, favorecendo a emergência de discursos restritivos de liberdades e garantias que promovem sanções mais duras, as quais se fazem acompanhar de uma tolerância com o uso excessivo de força pelas polícias. Tem-se a emulação de regimes de exceção como expressões de governo nos territórios-favela<sup>1,2</sup>. Esses admitem práticas de vigilância e correição marcadas por uma rotina de excepcionalidades que contornam as exigências legais, uma vez que encontram adesão moral de setores populares e de classe média e, ainda, respaldo político de grupos que se definem tanto como liberais, quanto como conservadores.

A engenhosidade da categoria *envolvido-com* encontra solo fértil para mobilizar vigilâncias difusas e controles ampliados sobre e entre os grupos sociais. Ela encerra regimes regulatórios que alimentam uma microeconomia para lidar com a acusação perene do envolvimento. Transparece nas narrativas dos rapazes e moças de favela como um anátema da condição territorial: “Na favela todo mundo é visto como envolvido”. O peso do estigma socioespacial é experimentado por eles como uma dimensão chave em suas interações, afetando desde os deslocamentos pela cidade, o ir e vir de seus locais de moradia até os encontros com a polícia, a milícia e o crime<sup>3</sup>.

Pretende-se explorar as narrativas sobre as formas de atuação dos projetos sociais cujos destinatários seriam jovens caracterizados ora como vulneráveis aos riscos do envolvimento, ora como *envolvidos-com*. Estas categorizações municiam um conjunto de intervenções sobre os modos de ser ou estar jovem. Busca-se apontar certos impasses e desafios trazidos pelos discursos sobre os *atendidos*. Para tanto abriu-se caminho para a procura do sensível do olhar, de uma afinada escuta, que permitisse uma sintonia fina com os ditos, não ditos e malditos da realidade anunciada em uma exuberância de falas, gestos, cheiros, cores, movimentos, lugares e objetos que conformaram o contexto da pesquisa e a performance dos entrevistados. Apreender o cotidiano das juventudes de favelas do Rio de Janeiro e identificar seus rastros recorrentes exigiram o exercício de uma imaginação sociológica que trouxesse à cena textual o diálogo entre conceitos, imagens e figuras de linguagem como um recurso descritivo-analítico, sempre aberto a reinvenção dos modos do dizer para compreender a juventude pobre em seus termos.

As manobras e os redesenhos operados em relação à própria categoria juventude manifes-

tam-se de uma maneira flagrante, ampla e contraditória, através dos projetos sociais. São os jovens os principais beneficiários de ações governamentais (ou não) que buscam solucionar questões como gravidez na adolescência, uso de drogas, DSTs, participação em ações violentas, e a criminalidade, situações que teriam o potencial de desencaminhar as trajetórias juvenis e levar à exclusão social. Tudo se passa como se o ser jovem trouxesse uma natureza insurreta, uma propensão para o desvio e a transgressão, -que necessitaria de freios e contenções capazes de fazê-los desenvolver em uma direção querida como ordeira, civilizatória. Aquela que discipline corações e mentes juvenis para a reprodução das convenções sociais e a aceitação das regras excludentes do mercado. Uma pedagogia para a obediência é apresentada como uma reação positiva, tão ao gosto da criminologia da defesa social, ela impediria que o jovem, entregue à sua inevitável juventude, colocasse em risco tanto sua integridade física e moral, quanto de toda a sociedade<sup>4</sup>. Esta abordagem naturaliza a necessidade de liberdades vigiadas travestidas como uma política pública para liberdades assistidas. Nesse ideário, unificam-se algumas formulações que privilegiam a ótica do negativismo ou do problema social<sup>5</sup> e alimentam padrões de intervenção cuja ênfase é a tutela sobre grupos.

Difundidos a partir dos anos 1980, os projetos sociais se inserem no Brasil a partir de uma doutrina de modernização da sociedade. Tais ideários são inscritos na Constituição considerando dois aspectos: o de combate à pobreza (ainda que para formação de mão-de-obra e de mercado consumidor) e dos esportes e lazer como direitos sociais<sup>6</sup>. De um lado, os projetos sociais são mobilizados pelo discurso de que a “sociedade precisa fazer alguma coisa” ou em versão individualizada: “alguém precisa tomar uma providência”. Completam tais discursos a crítica ao Estado pela ineficiência ou suposta ausência. De outro lado, parte dos projetos sociais é financiada pelo Estado em seus vários níveis de governo. Outra parte vem de fundações de empresas privadas ou de organismos com recursos nacionais e internacionais. Entre os argumentos para captar recursos estão, principalmente, a prevenção das violências, a educação sexual e em direitos humanos, a formação de cidadãos que inclui “o tirar da rua”, “dar oportunidade” e o “ressocializar”, pressupondo este último a necessidade de civilizar o bárbaro, reproduzindo assim a ‘violência da presunção’<sup>5</sup>. Ao focarem em populações vulneráveis, especialmente os jovens

de favelas, os projetos sociais passam a oferecer tutelas vistas como preventivas, principalmente para ‘desenvolver’ tais juventudes. Tais tutelas são ofertadas aos que escolhem livremente o projeto, inscrevendo nessas juventudes um novo *habitus*: “o jovem de projeto”<sup>7</sup>. Em função do reconhecimento das suas condições de vulnerabilidade, os jovens se constroem como vítimas de problemas sociais que ameaçam a si mesmos e à ordem social. Tornar-se vítima, aceitando-se como vulnerável, implica passar a dispor de uma linguagem -passaporte, de um lugar moral passível de positividade, da expectativa de alguma visibilidade mesmo que provisória, restrita à participação em eventos promovidos pelos projetos sociais.

Tem-se a emergência das vítimas nas políticas públicas de segurança, de educação, de esportes, de lazer, de saúde, de habitação. As estratégias metodológicas das ações de saúde e segurança fundamentam-se numa concepção do comportamento juvenil como comportamento de risco. O que mesmo não sendo uma perspectiva abertamente assumida, acaba por colaborar para a estigmatização da fase juvenil como uma etapa problemática da vida que merece atenção redobrada em nome do futuro dos próprios jovens, os adultos da sociedade do amanhã. É justamente com a ‘livre adesão’ que se constrói a profunda trama dos projetos sociais. Ao oferecerem a porta de saída da vulnerabilidade e do envolvimento, ao oferecerem tutelas e a construção de um novo (ou de mais um) *habitus*, difundem a ideia de que para a conversão ter efeito, depende de cada um, depende de si mesmo e de sua capacidade de se desprender do envolvimento. Constrói-se assim, através dos projetos sociais, a vítima empreendedora de seu desenvolvimento. Cabe, portanto, a cada um se reconfigurar para se salvar. Ao vazio do termo ‘projetos sociais’ vão se desvelando as tramas e a complexidade desse fenômeno não autoevidente e não autoexplicado. Mas que sinaliza concepções de mundo reificada de divisões profundas nas cidades brasileiras bem como de disputas em torno dos modos de produção da ordem, do consenso e da socialização de imensas camadas da juventude.

### **Sorria, você fez por merecer**

Como uma estratégia para fugir dos confinamentos advindos das acusações que produzem e reproduzem fronteiras, parcelas das juventudes de favelas optam por fazer parte de um “projeto social”. O reconhecimento de uma “dívida social” com a juventude pobre apontava para uma mu-

dança valorativa que se fez acompanhar da ampliação da gramática do controle sobre aqueles sujeitos identificados como expostos a riscos sociais. Antes jovens da periferia social figuravam, na agenda pública, apenas como um criminoso potencial ou uma fonte de ameaças a requerer terapias coercitivas. No tempo do discurso do “resgate social” observou-se a reinscrição destes jovens como indivíduos ameaçados, socialmente “vulneráveis”, que teriam a chance de terapias inclusivas.

Sob a égide da narrativa da inclusão para reduzir as desigualdades, as políticas para a juventude deveriam ir além do acesso universal à educação formal e seguir pela oferta de um cardápio de práticas reeducadoras que se estendem do esporte à cultura, passando pela orientação para o mercado de trabalho. Nas áreas pobres, tornou-se lugar comum entre jovens, ativistas, políticos e mídias locais, acionar a expressão “jovem de projeto” como um referencial de adesão a um novo universo: o do asfalto em sua missão civilizatória.

Diversificados e diferenciados em estilos, objetivos e características, os projetos sociais tornam-se refúgio físico e simbólico para tentar escapar das acusações de ser, estar ou ficar envolvido com o crime. Ambicionava-se criar meios de inclusão para destravar as portas da estratificação social. Tratava-se não apenas de trazer “melhorias para a comunidade”, mas, principalmente, de “melhorar” o favelado, qualificando-o como um gerente de si mesmo. Intentava-se, com isto, possibilitar a mobilidade ascendente para alguns mais esforçados, os exemplos de sucesso, e garantir uma estagnação consolidada para aqueles muitos conscientizados de que não conseguiriam subir na vida, os conformados.

A expectativa civilizatória era conter a máquina e desmobilizar a revolta<sup>8</sup> latente das comunidades populares. Inauguram-se outros modos de controle, indiretos, em atendimento aos fins de uma política vista como *empoderadora* e participativa. Agora, a juventude teria voz e vez. Agora, os jovens de favela passariam a empresariar o percurso de um destino para eles concedido. Aqueles sujeitos que nem se situam como estabelecidos, nem são reconhecidos como *outsiders*.

Os projetos foram apresentados como a grande oportunidade aberta para os que podem produzir “esperança de um futuro melhor”. Um horizonte no qual se ofertam tutelas pedagógicas para o comportamento desejável e certificações das boas condutas aprendidas. Num mundo preenchido pela retórica da ausência, o projeto social é visto como um dos poucos atrativos na

política de escassez fabricada para a favela. Essa percepção é sintetizada na frase “suprir uma demanda do Estado”:

*O projeto é a fuga, porque na comunidade só tem “boca de fumo” ou igreja. Eu vejo como uma fuga, um entretenimento. Até porque na ausência do Estado, alguém tem que fazer alguma coisa (operadora de segurança).*

Ora em oposição, ora em aliança com as denominações religiosas<sup>9,10</sup>, pretendia-se “disputar cada menino e cada menina com o tráfico”: êxito esperado na formação de cidadãos adequados, modestos ou ambiciosos. Seu chamariz era constituir-se como *locus* de “preparação para a vida” e, em especial, de poder fazer novos amigos livres das armadilhas da suspeição. Ali se prometia vivenciar espaços de aprendizado mais horizontalizado, com maior flexibilidade de conteúdos, aspectos didáticos e capacidade de modelação às demandas de sua clientela, que Gohn<sup>11</sup> sintetiza como o campo da educação não formal.

### Projeto de vida e a vida de projeto

Para além da busca pelo lúdico, os projetos também são percebidos pelos jovens, como espaços onde se produz capital social<sup>12</sup>, onde se tem acesso a meios e se apreende modos de escapar das cercas erguidas a cada suspeita de envolvimento com o crime. É ali que se compartilham alguns macetes e obtém-se senhas, que viabilizem desbloqueios e travessias sociais. É ali, no mundo prometido pelo projeto, que se desenvolve a capacidade performática para encontrar poros e ultrapassar fronteiras simbólicas e materiais. Nina, gestora de ONG, indica a atividade de *resgate social*:

*A gente tem criança que cresceu aqui e deu rumo na vida. OM não sabia ler, depois que veio pra cá o resultado na escola surpreendeu. Acho importante nos projetos as rodas de diálogos. Muitos vêm porque a família não faz escuta.*

Imaginar e construir rotas de fuga para além da condição socioeconômica e da origem favelada, aprender a manejar as válvulas de escape das desvantagens, produzir ou encontrar porosidades nas distintas barreiras que se apresentam em seus percursos, têm requerido dos jovens de favela que se reinventem como patrocinadores de si mesmos.

Sabe-se que o projeto social não é um projeto de sociedade ainda que por este se oriente. No primeiro há vagas concretas para alguns, no segundo há uma visão de mundo inclusiva para todos. Tão logo ingressam no mundo do proje-

to, os jovens percebem que para permanecerem é preciso demonstrar “interesse e muita força de vontade”. É preciso renovar os votos de adesão a uma narrativa de superação que tem como mote o autoinvestimento que se sobrevaloriza na proporção das vicissitudes anunciadas. É preciso adquirir um projeto de vida por meio do qual ofertam-se testemunhos de que se está “agarrando a oportunidade” salvadora recebida e “fazendo a sua parte” exatamente porque se “passa necessidade”. Esses jovens de favela vão se construindo como empreendedores, tendo o projeto como meio, mas cercados pela precariedade nas variadas instituições ordenadoras da vida social: educação, saúde, segurança, trabalho. Constituem-se como vítimas empreendedoras compromissadas em transformar sua carência social fundante em abundância individual de oportunidades de progresso. Tem-se a obrigação de “dar certo”, mas de um certo jeito.

Espera-se dos elegíveis como vulneráveis que financiem o seu próprio resgate social. Isto implica em converter, em sua própria conta, o pouco recebido em muito a ser faturado. O risco social reconhecido converte-se em risco individual contratado. Os jovens de projeto descobrem que necessitam se tornar gerentes de si, apostadores de sua própria sobrevivência. São compelidos a aderir e legitimar o discurso atuarial que atravessa os dispositivos de controle social. O que está em jogo é fazer um cálculo de si mesmo. Como um precoce e intuitivo financista, o jovem empreendedor de si aprende a realizar análises de riscos e de expectativas sobre o seu próprio rendimento socioidentitário para decidir, se merece receber o seu autoinvestimento. O quanto se vale? Quanto vale a pena seguir no projeto social? Sorria, o seu melhor negócio é investir em você mesmo! Afinal, apresentar-se como empreendedor pode ajudar a escapar do determinismo fatalista do *envolvido com o crime*, por se associar a um novo modo de ser a se construir por cima de outros modos e com outras roupagens.

Os projetos podem produzir alguma segurança ao afirmar uma ordem ao caos das vidas, apontando possibilidades. Tal rota também não oferece garantia absoluta, moratória ou livre trânsito. Não é um passaporte vermelho que livra os jovens entrevistados da reapresentação sucessiva de referências pessoais para compensar os referenciais sociais estigmatizados. Passar em revista na vigilância do shopping, na checagem da busca por emprego e com constrangimento nas abordagens policiais. Fragmentos de relatos sobre o *check-in list* policial foram explicitados pelos jovens ouvidos:

*Os policiais acham que todos que fazem esporte nesse projeto são envolvidos com o tráfico. Eu estava vindo da igreja de paletó e vieram perguntar se eu estava usando drogas. [Rapazes do Alemão e do Falet]*

Nem bíblia, nem projeto social, nem escola os salvam das capturas dos mecanismos de controle, especialmente os cercos policiais. Sair das armadilhas da discriminação socioespacial depende de muitas outras marcas que eles precisam manobrar nos jogos de aparência, fazendo uso da performance gestual e falada mais adequada ao interrogatório do momento, com o agente de controle da ocasião. Parece haver um testemunho fundamental a ser dado a cada passagem de fronteira, mesmo de paletó e bíblia ou de camisa de projeto e bola na mão: mostrar de todas as maneiras que se faz por merecer a oportunidade dada por Deus ou pelo Estado, agradecendo à sociedade a sua tutela pedagógica e a renovação de seu certificado de bem encaminhado realizada pela guarnição policial a cada outra parada, a cada nova “batida”. É preciso demonstrar que ao comer o primeiro peixe aprendeu-se logo a pescar, operando a conversão de uma vítima dependente para uma vítima empreendedora. Enfim, uma vítima de resultados.

Num deserto de instituições básicas, os jovens pobres são chamados e se chamam a construir a si mesmos como vítimas empreendedoras de sua reabilitação social. Por meio de seus itinerários sociais, negociam a captura e a propaganda da essência do discurso de redenção pelo próprio sacrifício. Uma performance discursiva análoga ao do *self mademan* que anima as biografias dos grandes homens de negócio. Tudo isto com uma indelicada ressalva: a vítima empreendedora se produz a partir dos significados da escassez que se reconstrói, não apenas a partir do ingresso no mercado (microempreendedores e terceirizados em geral), mas a partir da precariedade do próprio trabalho obtido e da insuficiência das ofertas de segurança pública, de educação e de saúde que se têm acesso.

Para o atendido, empreender implica em mover-se entre as precariedades das condições de vida, vivenciando formas diferenciadas de deserto e de insulamento. Corresponde a navegar nas paralelas ou fora do alcance das incursões do “caveirão” (veículo blindado da PMERJ). No cálculo efetuado nas idas e vindas da favela, trata-se menos de buscar a situação de passageiro de uma nova condição social, e mais de conseguir permanecer em uma rota social sem destino traçado, repleta de obstáculos, pedágios e pistas falsas. Ser

de projeto é estar sozinho em uma corrida sem suportes, mas com barreiras e agentes de fronteiras.

O realce político é dado aos discursos que valorizam mais o comportamento individual em sua gramática de superação e menos ao impacto das estruturas sociais na trajetória dos indivíduos. Nesta narrativa contábil e individualista, acredita-se que as institucionalidades seriam, por natureza, positivas, funcionando como bússola para as ambições individuais ou facilitadores do sonho neoliberal pensado como comum entre pobres e ricos. Se a categorização de vulnerável social traria o reconhecimento da sociedade de que é preciso contribuir “dando um empurrãozinho”, a identificação como vítima empreendedora apontaria para a responsabilização individual, a obrigação moral de fazer acontecer. Busca-se construir provas constantes ao “você pode” e ao “você consegue”, com muito esforço, a fim de seguir dando sentido ao quadro de escassez em que se vive, ou talvez se deseja, nas favelas.

*Esse trabalho é uma coisa do respeito que esse jovem criou comigo. É um projeto meu de vida, de poder dar o direito dele ser o que ele quiser ser. A gente está conseguindo mostrar o outro lado. Jovem que já foi de tráfico sempre acolhi se ele vem com boa intenção.*

O jovem vulnerável se coloca em uma situação ainda embrionária de envolvimento com o crime, apresenta-se em um estágio anterior da vítima empreendedora. Situa-se, por um lado, como pessoa carente como todos de sua origem socioeconômica. É inscrito, por outro, como um ser humano “diferenciado”, com o qual se reconhece uma dívida social porque nele identifica-se um investimento com expectativa de retorno. Digno de um voto de confiança, o jovem empreendedor de sua salvação é percebido como o que conseguiu demonstrar que faz jus a uma “oportunidade” para mostrar o seu potencial. Assim, merece um crédito já que estaria disposto a competir com outros de mesma condição pelas “chances de salvação”. É nesta ordem discursiva que emerge a corrente expressão “a mãe é ausente, o pai é drogado, se ele ficar na rua fará carreira no tráfico, um irmão já se foi”. A fala de Nina serve como uma ilustração da expectativa de ascensão moral.

*Estou com uma mãe que pediu pra eu conversar com o filho. Ele ama ser traficante, tem 15 anos. A mãe acha que ele vai me atender. Quem trabalha com base comunitária fica marcado como você é a solução.*

## Projetos, Manobras e desenvolvimentos

No mundo dos jovens, as pressões se dão para resistir às tentações do consumo que podem ser realizadas ao obter uma posição no crime-negócio. Porém, com uma arriscada contrapartida: se ver *envolvido-com*, seja pelo do carimbo dado pelo tráfico, seja pelo registro feito pela polícia. Mas, ser jovem é poder ir ao “baile de favela”, é poder perambular por aí com seus ornamentos: tênis, bonés, *smartphones*, shorts, chapinhas, correntes, *headsets*. Tudo de marca, óbvio. E, ainda, um pouco mais para estar “suave”: o baseado e a vodca que animam as viagens e as festas.

É preciso um cálculo em sintonia fina com cada circunstância vivida, que viabilize o autocontrole para não trocar a camisa do projeto que lhe distingue no interior da favela. Há que aprender a ter uma autogestão que não deixe escapar a bola das mãos pelas marcas do consumo. É estratégico se autovigiar para se autopunir diante do perigo do consumo ostentação. E isto para não ser mais uma vítima em desconstrução, aquela que volta casas no tabuleiro do banco imobiliário que, como um todo investimento bancário, poderá ter um baixo retorno ou, até mesmo, outras perdas.

O manejo dos autoinvestimentos é parte vital da racionalidade do jovem da periferia para tentar, primeiro, sobreviver e, depois, “melhorar de vida”. O autocontrole ou o autopolicamento é uma exigência para diminuir as chances de ter uma “vida matável”. Lá onde se tem muitas mãos nervosas e acesso fácil aos objetos que cortam, ferem e matam. Quem se controla, se vigia e se policia o faz em relação às expectativas projetadas por outros agentes de controle, vigilância e policiamento.

A vítima empreendedora é parte de uma construção biográfica que traz consigo uma narrativa translocal sobre a produção do controle e que conta com um forte apelo moral. Sua engenhosidade está em simular o registro de um sujeito autônomo, isolado em uma disciplina asceta, desobrigado do outro, avulso e liberto dos vínculos que lhe conferem existência social. No entanto, tal é essa armadilha que se acredita ver uma conduta isolada, genuína, renovadora, quando se pode constatar aí uma característica dos tempos neoliberais.

Sem saber qual degrau alcançarão ou recuarão na mobilidade social, os atendidos precisavam sinalizar uma predisposição para mascarar as marcas latentes de sua origem já classificada como envolvida com o crime e que é atravessada

pelos riscos diversos. Como janelas cuja abertura é controlada por diversos agentes, os projetos sociais propõem novas alternativas, produzem trocas que reorientam condutas sem retirar a etiqueta e o selo de origem. Eles promovem circuitos de mobilidade, ainda que não se configurem como espaço de moratória para as ameaças latentes de execução extrajudicial. Aprende-se, entre uma prática esportiva e outra cultural, entre uma aula no cursinho e uma confraternização, um código informal de conduta que coloca à disposição modos de pensar e agir, modas do vestir e do falar. Um gestor, um ex-atendido, reforçou essas potencialidades:

*O esporte faz com que o jovem tenha outra visão de mundo. Os medalhistas do Brasil são quem? Pessoal do Programa, o governo não incentiva ninguém.*

O projeto social passa a ser o lugar de práticas que possam (des)envolver os envolvidos para dentro e para fora da favela. Para dentro, o projeto social faz a distinção entre os jovens, cria salvos condutos, provisórios, que servem como moedas de negociação junto aos senhores das fronteiras – o traficante, o policial e o miliciano. Reforça o capital político das lideranças locais que ganham o status de políticos do social por fazerem dos projetos dos jovens seus projetos de vida. Para fora, o projeto social oferece um licenciamento maior para ir e vir, sobretudo porque sinaliza a adesão ao projeto civilizador do asfalto. Corresponde a um dos recursos considerados mais valiosos pelos entrevistados já que aumenta a sua mobilidade pela cidade e no acesso aos bens urbanos.

Desenvolver para tornar-se descoberto, visível e sob controle. “Melhorar como pessoa” para expandir horizontes e progredir na vida. Os projetos servem como um passaporte que renova as expectativas dos jovens de fazerem parte da vida na cidade e de redesenharem sua trajetória nas idas e vindas; buscam equipar seus inscitos com saberes e habilidades que os ajudem na sua inserção na cidade formal. Isto se traduz em ser capaz de rerepresentar-se sob um outro papel: o de um ser (des)envolvido ou em (des)envolvimento pela inserção em uma outra teia de interdependências além da favela. As competições em circuitos locais, nacionais e internacionais de *taekwondo*, *jiu-jitsu*, futebol ou ginástica artística servem como ilustrações deste fazer crescer para se tornar mais forte, mais um na disputa por um lugar no mercado.

O (des)envolver do envolvido em um novo envolvimento não se dá sem que sejam cobradas

sucessivas provas de conversão aos novos padrões de desenvolvimento. Estes testes de adesão não afixam garantias de que a etiqueta ‘de origem’ seja descartada em definitivo, e não passam recibo social de que um novo status pretendido seja aceito. O envolvido desenvolvido está sujeito a ouvir, mediante a detecção de uma falha qualquer, que “só podia ser coisa de favelado”, uma frase típica que funciona como uma descarga que o devolve ao lugar social de procedência.

A nova etiqueta que os “empreendedores sociais de si” e os demais “jovens de projeto”<sup>7</sup> visam produzir não tem um mapa de voo que empreste previsibilidade ao destino pretendido. Como abandonar o lugar de “classe média de favela”, uma posição um pouco mais confortável na corrida liberal a um lugar ao sol se não há muitas garantias de que se pode mesmo entrar para a universidade via Exame Nacional do Ensino Médio? Os caminhos da menina que quer ser delegada federal, do menino que gostaria de ser engenheiro, biólogo ou astronauta têm muitas pedras. Assim, os jovens precisam abandonar um endereçamento social ou deixá-lo restrito a certas áreas, teias e contextos, sem que ainda saibam qual a etiqueta que estarão vestindo mais adiante. Jovens de projeto social colecionam muitas camisas. Afinal, todas elas podem vir a servir como atestados de bons antecedentes que saciem os apetites dos muitos agentes do controle.

Os percursos realizados não são caminhos lineares ou previsíveis, pressupõem obstáculos, interrupções e regressos. É a competição esportiva que pode ser abandonada por falta de equipamentos. É a formação escolar que não segue ano a ano, pois pode ser preciso largar os estudos e arrumar um trabalho. Experimenta-se tudo isso como uma tensão que produz inseguranças sobre a reprodução material e simbólica<sup>12</sup>. Ao mesmo tempo que os jovens se ocupam de apreender novos padrões de sociabilidade, eles necessitam tomar cuidado redobrado com a própria vida, ao alcance da desconfiança dos mercadores da morte que disputam a favela e precisam manter-se vigilantes para resistir às pressões do imediatismo, do consumo e das teias cambiantes do envolvimento com o crime.

O jovem que se pretende (des)envolvido tem como um dos seus maiores desafios correr contra o tempo para cavar e consolidar as oportunidades, superando a provisoriedade dos acessos sociais. Ele trava uma luta para inscrever no devir a busca do futuro no presente. Já o *vida loka*, um de seus antagonistas, experimenta o tempo na intensidade do agora para a fruição do que o mo-

mento pode oferecer diante de uma realidade que se faz precária e percebida como provisória. Ele não quer extrair o futuro do seu presente, busca se deixar conduzir na e pela deriva. O primeiro, propositado, parece querer cumprir uma saga dramática, com percalços, resignação e superação. O segundo, desmesurado, parece se propor a encenar uma sina trágica, com desgovernos, excessos e fatalismo. Personagem dramático ou trágico: pode acontecer de um e outro sobrar ou morrer.

Em uma realidade de cercas itinerantes, sob medida para cada nova dúvida de envolvimento com o crime, a distância entre a salvação e a danoção é atravessada pela correnteza do imponderável de um tiroteio não avisado ou de uma “bala achada”, mesmo lá no mundo mais tranquilo e favorável do projeto social. Medo de morrer e medo de sobrar e ter “muita resistência para sobreviver”, mantendo-se alerta à próxima desviância a ser feita nas expectativas de que haveria algum envolvimento com o crime. Mesmo quando o medo não se faz um conselheiro à moda de Leviatã, ele está lá na favela, a fazer lembrar dos riscos que podem transformar um pequeno ato em grandes fatos consumados. Medos tangíveis e próximos, logo ali dentro da rotina. O medo de sair e não poder voltar para casa, o medo de ter a casa invadida, o medo de não ser socorrido pelo SAMU, o medo de perder o pouco que se tem, o medo de ter um parente desaparecido, o medo de ser rotulado como traíra. Receios nos deslocamentos na favela, medos sentidos de gente de dentro e do pessoal de fora. Medos que motivam cálculos sobre como manejar as tramas do envolvimento. Medo das consequências do jogo acusatório: estar envolvido, ficar envolvido e ser envolvido.

Uma gama de estilos, jeitos de ser, de se produzir e se reproduzir revelam as juventudes como um mosaico em constante construção, reordenamentos e recomposições. Estes deslocamentos entre o local e o global, e suas mimeses, se encontram estampados nas estéticas e nas atitudes dos jovens de favelas que “estão ligados”, assim como os jovens do asfalto, aos anúncios virtuais dos múltiplos mundos transmitidos pelas telas de seus *smartphones*. Os jovens da geração digital vivenciam a angústia de estarem *unplugged*, desconectados de alguma rede social, algum grupo virtual. Experimentam a ansiedade de acontecerem “perdidos”, ou caírem esquecidos e invisíveis, mesmo que provisoriamente.

Apontam, no entanto, o “desemprego” e a “violência” como os problemas que mais preocupam e denunciam seus principais medos: o “medo do futuro” e o “medo de morrer”. Tal

como revelado por Novaes<sup>7</sup>, o medo do futuro aproxima-se do “medo de sobrar”, de ficar de fora, de não ter serventia ou utilidade no mundo do trabalho. Já o “medo de morrer” reporta-se ao temor de uma morte precoce.

Jovens de favela. Indivíduos cuja existência pode ser barateada e tornada supérflua. Seja por uma displicência do progresso econômico que produz baixas colaterais. Seja por uma dispensa intencional da proteção da lei pelas agências públicas que informam que certos sujeitos não seriam alvos legítimos da seguridade social. Seja por uma sanção dos atores da construção da ordem que identificam que certos indivíduos seriam irrecuperáveis. Vidas que podem ser descartadas por alguma inadequação aos requisitos das políticas públicas, às exigências mutantes do mercado e às razões de segurança do Estado.

A experiência dessas juventudes com o trabalho é associada à circulação e à mobilidade pela cidade. Se os pequenos empreendimentos localizados no interior das favelas têm pouca capacidade de sustentação e de absorção de mão-de-obra, a possibilidade e a pretensão de trabalhar podem levar os jovens a regiões distantes de seu lugar de moradia. A circulação, promovida pelo trabalho formal ou informal, apresenta aos jovens as muitas cidades na cidade. Vivencia-se cidades reembaralhadas e com novas clivagens sem que as antigas tenham sido totalmente superadas ou classificadas. Apresentam uma cidade policêntrica, redesenhada por “templos do consumo” que fazem nascer seus centros dentro das periferias.

### Considerações finais

O convite para participar da festa do “você é o que consome” e das promessas operadas pelo capitalismo parece potencializar o medo de sobrar, de não conseguir ser consumidor e, com isso, cidadão. Experimenta-se a cidade-mercadoria de Harvey<sup>13</sup> que fragilizou as identidades sociais construídas em torno do trabalho e, ainda, dinamizou fronteiras e seus “postos” de controle muito além do relógio de ponto. Isto tem permitido que as vidas de alguns jovens sejam vistas como produtos com defeitos de fabricação e sem direito a *recall*. Vidas que possam estar em constante liquidação, fazendo prosperar o medo de morrer. Medos desigualmente distribuídos entre jovens desiguais. A conjunção de ambos os medos proporciona a percepção de um futuro distante, de um passado sem inocência e de um presente orientado pela gerência de si no cotidiano.

Os jovens entrevistados do Alemão se mostraram mais resignados em aceitar a sua “falta de futuro”. Encenavam uma naturalização do medo de morrer, uma valorização da gestão deste medo e da habilidade para flertar com a “vida loka” e com o “ronca” (traficante ou miliciano). Esta forma de manobrar com os medos de sobrar e de morrer põe em relevo a engrenagem do envolvimento e suas serventias para curtir o presente no seu imediato. Já os jovens entrevistados do Falet faziam questão de explicitar que não iriam se render ao medo de sobrar. Apresentavam-se em suas falas como inconformados porque informados do que se passa na cidade. Situavam-se como “abusados” cujas práticas de insolência correspondiam a ir buscar seus direitos mesmo que longe e com resultado incerto. Explicitavam sua vontade de recusa à predestinação trágica de suas vidas, como vidas desperdiçadas. Lição dada do projeto, lição entendida: descer a favela para subir os degraus reversíveis da mobilidade social. Os jovens do Falet pretendem “ser alguém para poder consumir”. Isto implica administrar os modos de pertencimento em suas interações, os quais combinam a afirmação de fidelidade ao investimento familiar em sua ascensão social, as demonstrações circunstanciais de simpatia com os rapazes do tráfico e de reserva com os homens da polícia. Esta forma de lidar com os medos de sobrar e de morrer põe em relevo a encenação de (des)envolvimentos como um modo de captar recursos para acreditar no futuro do presente vivido.

Uma dualidade inerente aos projetos sociais é que se constitui como porta de entrada e como porta de saída. Entrada para o projeto civilizador do asfalto e suas premissas socializadoras de juventudes vistas como perigosas, preguiçosas e delinquentes. Saída para as juventudes da periferia que buscam a construção do novo *habitus*, do novo jeito de ser. Entradas e saídas que revelam a ambição do lucro simbólico da normalidade de ser desenvolvido. Eis, aqui, uma das tarefas mais valoradas pelos gestores entrevistados: a salvação de (poucas) almas.

Tornou-se perceptível que os discursos dos gestores põem em operação tecnologias que informam um tipo de poder exercido sobre os atendidos: o poder pastoral<sup>14</sup>. O poder de fazer o bem, cuidando de seu rebanho, zelando pelas ovelhas desgarradas que sobram. Este aspecto é o que fundamenta as ações dos projetos sociais: salvar um é salvar todos, mas sem excluir os sacrifícios que reavivam o drama de sobrar ou a tragédia de morrer.

A morte precoce e violenta que atinge a juventude pobre, mais exposta à acusação de envolvimento criminal, tem-se constituído em um dos mais graves problemas sociais e de saúde pública no país, conforme tem advertido Minayo<sup>15</sup>. O presente exercício reflexivo procurou contribuir para o campo da saúde coletiva com percepções críticas que subsidiem a formulação de políticas sociais que reduzam esse panorama trágico das periferias brasileiras.

## Colaboradores

F Cecchetto, JO Muniz e RA Monteiro participaram igualmente da elaboração do artigo.

## Agradecimentos

À equipe: Aloha Xavier, Carla Cabral, Juliene Carvalho, Maria Eduarda Pinto, Mayte Rodrigues, Robert Oeiras, Thayssa Rios. Carolina Alfradique, Emili Senra, Gabriela Vidal, Letícia Degenari, Patrícia Marques e Raul Malaquias. Também somos gratos à Universidade Federal Fluminense (PROAES e PIBIC) e à FAPERJ.

## Referências

1. Agamben G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo; 2014.
2. Muniz J, Mello K. Nem Tão Perto, Nem Tão Longe: O Dilema Da Construção Da Autoridade Policial Nas UPPs. Civitas, Dossiê: Políticas públicas de segurança e justiça. *Rev Cien Soc* 2015; 15(1):44-65.
3. Cecchetto F, Muniz J, Monteiro R. “Basta estar do lado”: A construção social do envolvido-com o crime. *CRH* 2018; 31(82):99-116.
4. Esteves LCG, Abramovay M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: Abramovay M, Andrade ER, Esteves LC, organizadores. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: MEC, Unesco; 2007. p. 21-56.
5. Pais JM. Máscaras, jovens e “escolas do diabo”. *Rev. Bras. Educ.* 2008; 13(37):7-21.
6. Monteiro R. Socio-Sporting Projects, Violence Prevention and Suburban Youth in the City of Rio de Janeiro. *Vibrant* 2011; 7(2)166-193.
7. Novaes R. Os Jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: Almeida MI, Eugenio F, organizadores. *Culturas Jovens Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Zahar; 2006. p. 105-120.
8. Zaluar A. *A máquina e a revolta*. Rio de Janeiro: Brasiliense; 1985.
9. Vital C. *Oração de traficante*. Rio de Janeiro: Garamond; 2015.
10. Cardoso A. Juventude, Trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. *Cadernos CRH* 2013; 26(68):296-314;
11. Gohn M. *Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez; 2010.
12. Bourdieu P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; 2007.
13. Harvey D. *Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: M Fontes; 2014.
14. Foucault M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes; 2008.
15. Minayo MCS. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005.

---

Artigo apresentado em 15/10/2017

Aprovado em 26/02/2018

Versão final apresentada em 23/05/2018